

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.085 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2000

Aprovada garantia de recursos para irrigação no Nordeste e Centro-Oeste

Por unanimidade, senadores acatam em primeiro turno proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a obrigatoriedade de destinar às duas regiões percentuais mínimos das verbas aplicadas no setor



Armínio Fraga, presidente do Banco Central

Fraga fala na CAE sobre os prejuízos do BC

PÁGINA 3

Plenário vota hoje 12 pedidos de empréstimos

Em regime de urgência, o Plenário do Senado vota hoje 12 pedidos de autorização para que estados e municípios renegociem suas dívidas. As operações prevêem empréstimos a serem pagos à União em até dez anos.

PÁGINA 3

COMISSÕES

CCJ

Proposta estimula amamentação, ao invés do consumo de leites artificiais

PÁGINA 4

CAS

SUS poderá realizar cirurgias para portadores de obesidade mórbida

O Senado aprovou em primeiro turno a proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Mauro Miranda que garante por mais dez anos percentuais mínimos para aplicação dos recursos de irrigação nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.



Mauro Miranda

PÁGINA 5



A emenda exige a aplicação de no mínimo 50% dos recursos no Nordeste e de pelo menos 20% na região Centro-Oeste

PISO SALARIAL DE MÉDICOS E DENTISTAS PODE SER DE R\$ 1.337,32

Substituto a projeto da Câmara foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado em turno suplementar, fixando a remuneração mínima das duas categorias.

PÁGINA 6

Diretores e funcionários da Rede TVI, sucessora da Manchete, durante a reunião



Passivo da Manchete gera debate em subcomissão

PÁGINA 7

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para lhe pedir apoio à proposta original do novo Código Florestal, elaborado pelo Conama. *Página 2*



Proposta aprovada em primeiro turno pelo Plenário é de autoria do senador Lúcio Alcântara



PROJETO GARANTE SEGURO DE UM MÍNIMO DURANTE O DEFESO

PÁGINA 6

ACM nega apoio ao nome de Tasso para suceder a FHC

Senador desmente notícias de que preferiria governador tucano do Ceará a um nome de seu próprio partido, o PFL

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desmentiu ontem as notícias de que ele teria decidido apoiar uma eventual candidatura do governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao invés de um candidato de seu partido, o PFL. Antonio Carlos disse nunca ter visto “tanta mentira, em tão pouco tempo”:

— Fora do meu partido, o PFL, Tasso Jereissati seria a pessoa que eu escolheria. No meu partido, vou examinar na hora própria, para decidir sobre isso em convenção — esclareceu o senador.

Antonio Carlos considera que o PFL não tem que ter, necessariamente, um candidato próprio à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Se puder, deve ter, mas se não puder, não deve”, observou, antes de participar da reunião da bancada do PFL no Se-



Antonio Carlos entende que, se o PFL não conseguir um candidato suficientemente forte, deve optar pela coligação partidária

nado. O senador entende que se o partido não conseguir um candidato suficientemente forte deve optar pela coligação partidária. Antonio Carlos Magalhães citou a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, como um dos bons nomes do partido para a sucessão

presidencial.

Na avaliação do senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso deve desempenhar um papel importante no processo de definição das futuras candidaturas e coligações. “Foi graças a ele que se fez a atual aliança”, argumentou.

Para senador, violência do MST desgasta governo

O presidente do Congresso considerou grave o recrudescimento da violência nas manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para ele, este processo está desgastando o governo e já deveria ter sido cortado.

— Não se trata de repressão, mas era o caso de chamar o MST quando era pequeno e dizer: isso

o governo vai fazer e isso o governo não pode fazer. Mas ele (*o governo*) não fez isso na hora certa e agora o custo é maior — disse.

Na avaliação do senador, o governo só deve ceder e admitir receber os dirigentes do movimento caso a audiência resulte de amplo diálogo. “Sempre é possível dialogar”, afirmou.

Municipalistas fazem convite

O senador Antonio Carlos Magalhães aceitou convite feito pelo presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, para presidir a solenidade de encerramento do 5º

Congresso Brasileiro de Municípios, no próximo dia 11, em Porto Seguro. Antonio Carlos recebeu ontem de manhã uma comissão representativa da associação.

Ministro pede apoio para Código Florestal

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, veio ontem pedir o apoio do presidente do Congresso para a proposta de alteração no Código Florestal elaborada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e que não foi acatada pelo relator da medida provisória que trata do tema. O ministro disse que a decisão configura “uma falta de consideração com as futuras gerações”, já que a proposta do Conama resultou de três meses de discussões e visa preservar o que resta da Mata Atlântica, de cerrado e das florestas da Amazônia. Sarney Filho argumenta que tudo isso foi ignorado no parecer do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h30 — Recebe Reginaldo Oscar de Castro, presidente da OAB
11h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
16h — Participa da Cerimônia de Sanção do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, *Salão Oeste do Palácio do Planalto*

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 38/2000, que altera a resolução nº 67, de julho/98, do Senado, a fim de elevar em R\$12,1 milhões, o valor do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, firmado entre a União e o estado de Goiás; PR nº 39/2000, que autoriza o município de São Gabriel (RS) a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social — Fundopimes, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A — Bannisul, no valor de R\$ 2,1 milhões, a preços de setembro/99, destinada a obras de infraestrutura urbana; PR nº 40/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito, no valor equivalente a R\$60 milhões, entre o Brasil e o estado de Goiás; PR nº 41/2000, que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito celebrada entre a União e o estado do Piauí, em abril/2000, com a intervenção do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária; PR nº 42/2000, que autoriza o município de Ubitirá (PR), a contratar operação de crédito interno, junto ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano, no valor de R\$ 900 mil, destinados à realização de investimentos em infra-estrutura urbana; PR nº 43/2000, que autoriza a governo do estado de Alagoas a celebrar operação de crédito com a União e o Banco do Estado de Alagoas S/A — Produban, em liquidação extrajudicial, com a intervenção da Caixa Econômica Federal — CEF e do Banco Central do Brasil — Bacen, no valor de R\$ 427,2 milhões, a preços de abril/98, visando a extinção do Produban e a criação de agência de fomento naquele estado; PR nº 44/2000, que autoriza a União e o estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida correspondente a R\$108,9 milhões, relativa a reconhecimento de dívida do estado da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A — BNB; PR nº 45/2000, que autoriza o município de Campinas (SP) a realizar operação de crédito, visando o refinanciamento, pela União, dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 137,8 milhões, posição em abril/2000, ao amparo da Medida Provisória 2.022-16, de abril/2000, nos termos do art. 12 a Resolução nº 78, de julho/98, do Senado; PR nº 46/2000, que autoriza o município de Osasco (SP) a celebrar operação de crédito de refinanciamento, junto à União, dos títulos da dívida pública emitidos para o pagamento de precatórios judiciais no valor de R\$ 193,005 milhões, a preços de abril/2000; PR nº 47/2000, que autoriza a União e o estado de Alagoas a celebrarem, com a intervenção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A, contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas; PR nº 48/2000, que autoriza a Prefeitura do Município de Guarulhos (SP) a contratar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de R\$ 31,7 milhões ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de abril/2000; PR nº 49/2000, que autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581,6 milhões; PLC nº 59/99, institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; PDL nº 113/99, que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas OM (MG); PDL nº 153/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Continental FM de Francisco Beltrão (PR); PDL nº 167/99, que renova a concessão da Sociedade Rádio Novo Horizonte OM (SP); e Requerimento nº 204/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que sobre o PLC nº 67/95, (nº 383/91, na Casa de origem), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: MSF 241/99, propõe ao Senado Federal seja autorizado o aumento temporário do limite de endividamento da ECT, a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Paste); audiência pública com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, sobre as causas dos prejuízos que o BC vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional; a Cédula de Crédito Bancário; e a provável responsabilidade do BC no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia no período de regime de administração especial, em decorrência da aprovação de requerimentos de autoria dos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Ermandes Amorim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão Mista do Salário Mínimo, *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*10h — Comissão Mista dos Binsgos, *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: ata da 2ª reunião ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é
produzido pela equipe de jornalistas
da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota renegociação e novos empréstimos para estados e municípios

Com a rolagem, União assume todos os débitos, permitindo que o pagamento seja efetuado em até dez anos. Novos créditos garantem agências de fomento e obras de infra-estrutura

O Senado vota hoje, em regime de urgência, autorização para que 12 estados e municípios efetivem contratos de empréstimos e renegociação de dívidas. A urgência para a apreciação das matérias foi aprovada no decorrer de cinco sessões extraordinárias realizadas na noite de terça-feira. Para as renegociações, a União assume todos os débitos, permitindo que o pagamento seja efetuado em até dez anos.

As matérias serão apreciadas em regime de urgência porque também hoje deve ser sancionada pelo presidente da República a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe a assinatura de empréstimos entre os "entes da Federação". Isso apressou a votação dos pedidos dos estados e municípios, já que renegociações e empréstimos aprovados pelo Senado antes da vigência da lei poderão ser assinados mais tarde pelos governadores e prefeitos e pelo ministro da Fazenda.

Será votado o refinanciamento de seis dívidas, sendo cinco delas oriundas da emissão de títulos para o pagamento de precatórios. Pertencem aos estados de Santa Catarina (R\$ 581 milhões) e de Alagoas (R\$ 807 milhões) e aos municípios de Campinas (R\$ 137,8 milhões), Osasco (R\$ 193 milhões) e Guarulhos (R\$ 31,7 milhões), todos de São Paulo. Também foi aprovada urgência para o refinanciamento da dívida da Paraíba com o Banco do Nordeste, no valor de R\$ 108,9 milhões.

Constarão ainda da sessão de hoje solicitações de créditos para obras e criação de agências de fomento, as quais estão substituindo bancos estaduais extintos ou privatizados. Serão beneficiadas com obras de infra-estrutura urbana as cidades de Uiratã (PR), no valor de R\$ 900 mil, e São Gabriel (RS), com R\$ 2,1 milhões. As agências de fomento ficarão nos estados de Alagoas, Piauí e Goiás.

Também será votado pelo Plenário projeto de lei que institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em 18 de maio. Relatada pela senadora Marina Silva (PT-AC), a matéria obteve parecer favorável na Comissão de Educação.



O Plenário votará as propostas relacionadas às dívidas de estados e municípios antes da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal

Execução do Plano Plurianual será analisada

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional tem reunião marcada para hoje, às 10h, quando vai analisar mensagem presidencial sobre o Plano Plurianual, relativo ao exercício de 1998, e à execução acumulada no período de 1996 a 1998. Na ocasião, o colegiado dos relatores do PPA também vai reunir-se para votar, em sessão secreta, os dez relatórios setoriais.



Mestrinho

Outro item da pauta será a análise do relatório de execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes (pedras ou concretos para conter a violência das marés) do Porto de Rio Grande (RS). A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), examina ainda proposta do deputado João Coser (PT-ES) que cria uma subcomissão para reformular o sistema de votação do Orçamento.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), examina ainda proposta do deputado João Coser (PT-ES) que cria uma subcomissão para reformular o sistema de votação do Orçamento.

Comissão mista aprecia hoje medida que fixa o mínimo

Comissão mista do Congresso volta a examinar hoje, às 10h, a medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 151, reeditada pelo governo. A comissão é presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) e tem como relator o deputado Armando Monteiro (PMDB-PE). Na última terça, a comissão aprovou parecer pela admissibilidade da matéria e deverá começar a discutir o mérito.



Iris Rezende

Até a noite do dia 6 de maio deverão encerrar-se os trabalhos da comissão. No dia 10, o Congresso, convocado pelo senador Antonio Carlos Magalhães, tentará pela segunda vez votar a medida provisória do salário mínimo.

O deputado Monteiro concordou com a elevação do mínimo para R\$ 151 e rejeitou todas as 31 emendas apresentadas por deputados e senadores.

Parlamentares debatem relatório sobre MP dos bingos

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) que altera a Lei Pelé se reunirá hoje para que os parlamentares debatam o relatório do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Maguito voltou atrás em sua decisão de deixar de fora de seu projeto de conversão toda a parte referente a bingos — segundo ele, bingos e demais jogos de azar devem ter legislação específica, em separado. A MP foi reeditada no último dia 28.



Maguito Vilela elaborou o relatório sobre a medida provisória

por bingos deixariam de ir às Olimpíadas. Segundo o senador, os empresários do setor vêm demonstrando grande interesse na criação de uma nova legislação que moralize o bingo.

O senador tentou que o governo enviasse ao Congresso Nacional uma medida provisória tratando apenas do funcionamento dos bingos, mas não houve acordo, o que levou à reedição da MP. Em relação aos clubes de futebol, o ponto mais polêmico da medida provisória, Maguito Vilela incluiu a permissão de que a mesma empresa patrocine quantos clubes quiser. O que fica proibido é que a mesma empresa assuma o controle acionário de mais de um clube de futebol. Fica permitida também a formação de uma terceira empresa de exploração comercial da marca do clube.

O senador tentou que o governo enviasse ao Congresso Nacional uma medida provisória tratando apenas do funcionamento dos bingos, mas não houve acordo, o que levou à reedição da MP. Em relação aos clubes de futebol, o ponto mais polêmico da medida provisória, Maguito Vilela incluiu a permissão de que a mesma empresa patrocine quantos clubes quiser. O que fica proibido é que a mesma empresa assuma o controle acionário de mais de um clube de futebol. Fica permitida também a formação de uma terceira empresa de exploração comercial da marca do clube.

Armínio Fraga explicará na CAE prejuízos do BC

As causas dos sucessivos prejuízos apresentados pelo Banco Central (BC) nos últimos anos deverão ser explicadas pelo presidente da instituição, Armínio Fraga, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos marcada para as 9h de hoje. Armínio Fraga comparece à CAE atendendo a requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ernandes Amorim (PPB-RO).

Armínio Fraga deverá falar, ainda, de acordo com os requerimentos, sobre os fluxos financeiros entre o BC e o Tesouro Na-

cional, a cédula de crédito bancário e responsabilidades do BC no crescimento da dívida passiva do Banco do Estado de Rondônia, durante o regime de administração especial temporária.

CORREIOS

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Ney Sussana (PMDB-PB), analisa mensagem do Executivo que solicita autorização do Senado para ele-



Armínio Fraga fala hoje, a partir das 9h, na Comissão de Assuntos Econômicos

var o limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A empresa pretende dar continuidade ao seu processo de modernização, dentro do Programa de Recuperação e Ampliação dos Sistemas de Telecomunicação e Postal. O relator da matéria é o senador Wellington Roberto (PMDB-PB), que já emitiu parecer favorável.

CCJ começa a examinar recursos para a saúde

José Agripino anuncia que até o fim de junho comissão deverá concluir análise e votação da proposta, bem como de projetos de lei que tratam de financiamento público de campanhas eleitorais, comércio eletrônico e *habeas data*

Até o final de junho, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve concluir o exame e a votação da proposta de emenda constitucional que cria um limite orçamentário mínimo para investimento em saúde. A CCJ deve examinar e votar também até junho o projeto de lei que impõe o financiamento público das campanhas eleitorais, o que trata do comércio via Internet e o que estabelece normas para acesso a bancos de dados e regulamenta a aplicação do *habeas data*.

A informação é do presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), depois de reunião da comissão ontem. Agripino disse que, se for preciso, irá convocar reuniões extraordinárias, após a Ordem do Dia das sessões ordinárias. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da proposta de emenda constitucional, anunciou que vai apresentar seu voto na próxima reunião da CCJ, na quarta-feira. A emenda determina que até o ano 2003 a União deverá contribuir com 64% dos recursos destinados a financiar a saúde. Os estados e o Distrito Federal irão reservar 12% de seus orçamentos para o mesmo fim, e os municípios contribuirão com 15%. Esses percentuais, no entanto, deverão ser redefinidos por lei complementar.

O projeto que disciplina o acesso aos bancos de dados e o rito processual do *habeas data* já está sendo debatido pela comissão e foi objeto de pedido de vista feito pelo senador Romeu Jucá (PSDB-RR). Também receberam pedidos de vista os projetos do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que criam novas regras para o processo eleitoral e político.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu vista da proposta de emenda constitucional do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que altera a estrutura das guardas municipais. Outros três projetos da pauta, que instituem plebiscitos para a criação dos estados do Araguaia, de Tapajós e de Solimões, tiveram o exame adiado.



Na presidência da CCJ, José Agripino informou que, se for preciso, irá convocar reuniões extraordinárias para terminar a votação das propostas em junho

Acolhido projeto que estimula o consumo de leite materno

Relatório da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável a projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que cria normas e exigências para a venda dos produtos substitutos do leite materno foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A intenção do senador é combater o que ficou conhecido como "desnutrição comerciogenética", denominação de uma prática iniciada por volta de 1968 e que se constitui no estímulo ao desmame precoce para provocar a comercialização dos substitutos do leite materno.

— Desde então, vem ocorrendo uma mobilização mundial em defe-

sa da amamentação natural, do aleitamento materno, em especial nos países subdesenvolvidos — explicou Geraldo Cândido.

Ele esclareceu que o projeto busca transformar em lei o que já foi aprovado, sob a forma de resoluções, tanto no âmbito da Organização Mundial da Saúde, como pelo Conselho Nacional de Saúde.

A proposta estabelece, basicamente, restrições quanto à publicidade dos produtos, para evitar que as mães sejam convencidas a substituir o próprio leite por produtos artificiais. A matéria será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais.

SUS poderá realizar cirurgia de redução de estômago

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá realizar cirurgias para redução de estômago (gastrectomia parcial) em pessoas que sofrem de obesidade mórbida (causada por disfunção hormonal ou em algum órgão), de acordo com substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), aprovado em caráter terminativo ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta determina ainda que o SUS deverá oferecer assistência integral na prevenção e tratamento da obesidade originada por outras causas, como má conduta alimentar ou problemas psicológicos.

A matéria será examinada em turno suplementar na próxima reunião da comissão. Se aprovada, seguirá para a Câmara dos

Deputados, a menos que 10% dos senadores peçam, por meio de requerimento, sua apreciação no Plenário.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que a obesidade já é tratada como problema de saúde pública nos Estados Unidos. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou a economia de custos que a iniciativa trará ao SUS, uma vez que, curada da obesidade, a pessoa se tornará mais saudável e produtiva.

Na mesma reunião, o senador Moreira Mendes pediu vista do projeto de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que reduz a jornada de trabalho para sete horas diárias e 35 semanais. O projeto terá decisão terminativa na CAS e tem parecer favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

CAS inaugura galeria de ex-presidentes e reverencia a memória de Florestan

O professor Florestan Fernandes tirou os intelectuais do gabinete, colocando-os para pesquisar dados que sustentassem suas teorias, afirmou a senadora Marina Silva (PT-AC) durante a inauguração da galeria com os retratos dos senadores que ocuparam o cargo de presidente da Comissão de Assuntos Sociais, cuja sala passou a ter o nome do sociólogo. A senadora foi a autora do requerimento propondo a homenagem ao sociólogo, professor e ex-deputado pelo PT de São Paulo.

Marina apresentou um relato da biografia de Florestan, de origem humilde, filho de uma lavadeira e criado sem pai, e que a muito custo completou o ensino supletivo. Acumulando o emprego de garçom com estudos por meio de fitas que lhe eram emprestadas por um professor, ele passou em 5º lugar no concurso de admissão à USP. A senadora acrescentou que o homenageado teve o magistério como sua função principal e exerceu mandato parlamentar por duas vezes.

Para Marina, é difícil avaliar onde

residiu a maior contribuição de Florestan: se na sociologia, analisando e apontando conclusões sobre os fenômenos políticos e sociais, ou na educação, contribuindo com a organização de uma teoria pedagógica.

Presente à homenagem, o jornalista Florestan Fernandes Júnior lembrou que seu pai foi um dos criadores dos curso de Sociologia no Brasil. Entre seus ex-alunos — disse ele — estão "o atual presidente da República e boa parte do seu ministério".

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), atual presidente da CAS, citou a importância da militância socialista na vida do professor, que acabou sendo aposentado compulsoriamente, em abril de 1969, o que o obrigou a se afastar do Brasil por um período de três anos, tendo lecionado na Universidade de Toronto, no Canadá.

Os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Romeu Tuma (PFL-SP) e Marluce Pinto (PMDB-RR) também se solidarizaram com a homenagem.



Marina Silva fala na homenagem, que contou com a presença, também, de Heloísa Helena, Osmar Dias e Florestan Júnior

Jornalista denuncia que Rede TV! não cumpre obrigações com empregados

O jornalista Florestan Fernandes Júnior denunciou ontem à Comissão de Assuntos Sociais que a direção da Rede TV! rompeu os compromissos que havia assumido quando comprou a extinta Rede Manchete. A Rede TV!, disse Florestan Júnior, não vem pagando nem a funcionários, nem a credores. Ele pediu a interferência do Congresso para tentar uma solução, porque salários estão atrasados há mais de oito meses, e o

FGTS não é depositado desde 1992.

— A direção da Rede TV! mandou para a rua mais de 800 funcionários, sem lhes pagar nada — acusou Florestan, que era o âncora do principal programa informativo daquela emissora.

A denúncia foi feita durante a homenagem prestada pela CAS ao pai do jornalista, o ex-deputado Florestan Fernandes.

• Leia mais sobre este tema na página 7

Emenda garante recursos para Nordeste e Centro-Oeste

Senado aprova em primeiro turno, por unanimidade, proposta que assegura às duas regiões percentuais mínimos de aplicação das verbas destinadas à irrigação. Se aprovada em segundo turno, a matéria será apreciada pela Câmara



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2000. Presidente da República. Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Dependendo de parecer da CAE, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Resultado: Aprovado. À sanção.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 63. Não: 0. Abst: 0. Total: 63. A matéria constará da Ordem do Dia, oportunamente, para o 2º turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2000. CAE. Aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000.

Resultado: Aprovado. À Câmara dos Deputados.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1999. Renova a concessão da Rádio Clube OM de Itapira (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1999. Renova a concessão da Rádio Marcelino Ramos OM (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1998. Dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

Resultado: Aprovado o substitutivo e as emendas nºs 2 e 3-Plen. Rejeitada a Emenda nº 1-Plen. À Câmara dos Deputados.

7

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1996. (nº 3.729/93, na Casa de origem). Altera o art. 1º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.

Resultado: Prejudicado, devido a aprovação do PLS nº 54/99, constante do item nº 8.

8

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999. Senador Lúcio Alcântara. Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

Resultado: Prejudicados o projeto, a Emenda nº 1-CAS e o PLC nº 25/96, que tramita em conjunto. À CDir, para redigir o vencido para o turno suplementar.

9

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999. Senador Roberto Requião. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições" para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

Resultado: Lido e aprovado requerimento dos senadores Hugo Napoleão e Sérgio Machado, solicitando adiamento da discussão. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 24/5/2000.

10

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1999. Renova a concessão da Rádio Difusora OM de Bento Gonçalves (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

11

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM Alto do Vale de Rio do Sul (SC).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

12

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Educadora FM de Campinas (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

13

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1999. Renova a concessão da Rádio Platina OM de Ituiutaba (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

14

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 1999. Renova a concessão da Rádio Difusora OM de Patrocínio (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Com os votos favoráveis de todos os 63 senadores presentes, o Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação no Nordeste e no Centro-Oeste de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a emenda garante ao Nordeste, por mais dez anos, 50% desses recursos, e para o Centro-Oeste, 20%. A matéria será apreciada em segundo turno e, se novamente aprovada, será enviada à Câmara.



Autor da proposta, Mauro diz que ela "é mais do que justa"

A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos, a partir de 1988. Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembleia Constituinte, a prorrogação do prazo é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno.

Em defesa da proposta, citou como exemplo o Vale do São Francisco, que apontou como área onde se desenvolve hoje uma agricultura com alta produtividade, além de

qualidade e lucros crescentes, graças à irrigação. No seu entender, o Nordeste e o Centro-Oeste têm-se desenvolvido, podendo progredir ainda mais se for mantido esse tipo de investimento público.

Mesmo faltando cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo constitucional, ele considera importante que o Legislativo aprove logo a prorrogação. Segundo ele, apesar de o Brasil ainda não ter obtido resultados ideais em termos de irrigação, "é inegável que a fixação desses percentuais é mais do que justa". Para ele, a não aplicação dos percentuais ou sua má aplicação trará mais miséria, dificuldades, atraso e prejuízos para o país.

Definidas regras para classificação de vegetais

O Senado também aprovou ontem projeto do Executivo que institui novas regras para a classificação de produtos vegetais. Pelo projeto, a classificação é obrigatória: para os vegetais destinados à alimentação humana; nas operações de compra e venda do poder público; e nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, quando da importação. O Bloco Oposição votou contra a matéria, que agora vai à sanção presidencial.

O projeto integra o programa Brasil Empreendedor, lançado recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e tem por objetivo resguardar o consumidor em relação ao controle sanitário, ambiental, biológico e genético, bem como à contaminação por agentes nocivos à saúde.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu quatro emendas, uma delas determinando que apenas a classificação de vegetais

importados fosse retribuída pelo regime de taxas, o sistema utilizado pelo governo para remunerar atividades agropecuárias. Ele argumentou que, excetuados os vegetais importados, a classificação seria realizada por agentes econômicos, devendo, portanto, sua remuneração ser diferente.

Osmar Dias (PSDB-PR) também tentou emendar o projeto, argumentando ser muito curto o prazo de 180 dias para a lei entrar em vigor. Disse que esse prazo é insuficiente para a adaptação do setor e pediu o prazo mínimo de um ano. Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Heloísa Helena (PT-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS) defenderam a emenda de Osmar Dias, alertando para a necessidade de as empresas se adaptarem às novas regras sobre classifica-



Jonas Pinheiro retirou suas emendas mediante compromisso do governo

ção de vegetais.

Arlindo Porto (PTB-MG) disse que o objetivo do projeto é abrir a classificação de vegetais para mais empresas, fazendo com que os compradores busquem no mercado aquela com maior credibilidade e menor preço. Hugo Napoleão (PFL-PI) explicou que

a intenção do projeto é acabar com a possibilidade de o próprio produtor classificar seus produtos, onerando o comprador.

Uma conversa do líder José Roberto Arruda (PSDB-DF) com o ministro da Agricultura e com o chefe da Casa Civil permitiu um acordo para que o projeto fosse votado sem as emendas que o fariam retornar à Câmara. Arruda afirmou que o governo vetará o artigo 7º, que trata da retribuição dos serviços de classificação pelo regime de taxas do Ministério da Agricultura.

Governo prevê expansão de 21% na base monetária

A programação monetária para o segundo trimestre de 2000 foi aprovada pelo Senado e será agora enviada ao exame da Câmara. Aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, a programação prevê pequena expansão da base monetária.



Bello Parga: meta é compatível com retomada do crescimento

Segundo o documento, a ofer-

ta de moeda no Brasil vai aumentar 21% no período. O documento explicita as estimativas de variação dos principais agregados monetários e estabelece metas indicativas de sua evolução no segundo trimestre e para o ano 2000. Traz ainda uma descrição do comportamento

previsto para a economia nacional

nesse período.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Bello Parga (PFL-MA) disse que as previsões relativas aos agregados monetários refletem o comportamento "esperado, desejado e buscado pela reorientação da política econômica levada a efeito desde o segundo semestre de 1999". Para ele, o comprometimento do governo com a retomada do crescimento econômico é o traço mais distintivo dessa programação.

Pescadores podem ganhar seguro durante o defeso

Plenário aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara assegurando aos trabalhadores a remuneração de um salário mínimo mensal durante o período em que a pesca é proibida para garantir a preservação das espécies

O Senado aprovou ontem projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determinando que os trabalhadores da pesca tenham direito a seguro-desemprego durante o defeso — período em que é proibida a atividade pesqueira, a fim de que as espécies sejam preservadas. A matéria será votada em turno suplementar, quando ainda poderá receber emendas.

O seguro, no valor de um salário mínimo mensal, será pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Para recebê-lo, o pescador deverá apresentar certidão de registro no Ibama ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, além de atestado ou declaração da colônia de pescadores em que esteja filiado.



Projeto de Lúcio Alcântara define que seguro-desemprego será pago aos pescadores com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)



Médicos e dentistas terão piso salarial de R\$ 1.337,32

Em turno suplementar, foi aprovado ontem pelo Senado substitutivo a projeto da Câmara que fixa o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas em R\$ 1.337,32. A matéria ainda voltará a Plenário para ter sua redação final submetida a votação.

De acordo com o projeto, o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas constitui a remuneração mínima devida pelos serviços profissionais por



Luiz Estevão introduziu emenda para tentar evitar ações trabalhistas

eles prestados, com relação de emprego, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

O Plenário decidiu também que esse piso salarial somente será devido a partir da vigência da lei. O dispositivo decorreu de emenda do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que, dessa forma, quis afastar a possibilidade de ações trabalhistas reclamando o pagamento retroativo das diferenças salariais.

Mudança no voto eletrônico será reestudada

O Plenário aprovou ontem requerimento dos senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) e Hugo Napoleão (PFL-PI) e adiou para o dia 24 de maio a discussão e votação do projeto de lei que modifica as regras relativas ao sistema eletrônico de votação, apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Conforme Napoleão, o adiamento foi solicitado porque a modificação proposta, à primeira vista, “complica e atrasa” a votação, referindo-se às razões que levaram o Congresso a instituir o processo eletrônico.



Roberto Requião, autor do projeto sobre o voto eletrônico

A proposta de Requião determina que a urna eletrônica imprimirá os votos dos eleitores em cédula individualizada e não identificável, para que sejam conferidos antes de depositados em urna convencional. Se, ao conferir o voto, o eleitor não concordar com o impresso, poderá solicitar sua anulação e repetir a votação. Caso persista a divergência entre os dados eletrônicos e o voto impresso, a urna será submetida a teste por pelo menos dois fiscais de diferentes partidos ou coligações concorrentes, os quais, veri-

ficado o problema, solicitarão que se comunique imediatamente o fato ao juiz eleitoral para as providências cabíveis à continuação da votação e à abertura de inquérito criminal. Em defesa da iniciativa, Requião disse que deseja impedir e prevenir práticas ilícitas que podem ser adotadas sem deixar qualquer indício.

O Senado também aprovou sete decretos legislativos renovando as concessões outorgadas às seguintes emissoras: Rádio Clube de Itapira (SP); Marcelino Ramos (RS); Difusora Bento Gonçalves (RS); Difusora Alto do Vale, de Rio do Sul (SC); Educadora de Campinas (SP); Platina de Ituiutaba (MG); e Difusora de Patrocínio (MG).

Conselho de Ética decide censurar Antonio Carlos e Jader Barbalho

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu ontem aplicar aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) a pena de censura por escrito, por terem usado palavras consideradas “descorteses” e “insultuosas” na sessão do dia 5 de abril. O conselho decidiu ainda encaminhar ao Ministério Público os novos documentos que os dois acrescentaram aos dossiês entregues anteriormente à Mesa do Senado.

Em outra decisão, o conselho convocou para depoimento o funcionário da Polícia Federal José Márcio da Silva, que trabalhou na CPI do Judiciário. Os se-

nadores querem saber se ele confirma ter dito a outros servidores do Senado que foi constrangido, durante as investigações da CPI, pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

A censura aos senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos foi proposta pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e defendida pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). Djalma Bessa (PFL-BA) discordou da censura, afirmando que o presidente da sessão do dia 5 de abril é quem deveria ter advertido os dois senadores para o uso das expressões que ferem o decoro parlamentar. Ele foi apoiado por Juvenício da Fonseca (PFL-MS).

Francelino Pereira (PFL-MG)

sugeriu que, antes, o Conselho de Ética designasse um relator para o exame do caso. O mesmo foi proposto pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Jefferson Péres, ao defender sua proposta, assinalou que cabe ao conselho apenas a

censura, pois uma possível investigação das acusações feitas pelos dois senadores é assunto para o Ministério Público, para onde já foram encaminhados os dois dossiês, ou para uma comissão parla-



Decisão do conselho foi tomada por 8 x 7, com o voto de minerva do presidente Ramez Tebet

mentar de inquérito.

Após a declaração de votos de cada presente, houve empate de 7 a 7. O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), apresentou então

voto favorável à censura. Ele explicou que a censura consistirá na entrega, à Mesa do Senado, da ata da reunião do conselho, para homologação, assim que ela ficar pronta.

Responsabilidade por passivo da Manchete é tema de debate

Diretores da TV Ômega negam que tenham assumido todo o passivo da emissora, mas são contestados por sindicalistas e ex-funcionários

Ao deporem ontem na Subcomissão de Rádio e TV, o presidente da TV Ômega, Amilcare Dallevo Jr., e o vice, Marcelo de Carvalho Fragalli, atuais proprietários da Rede TV!, afirmaram que a empresa adquiriu apenas a concessão para explorar o serviço de televisão da antiga Rede Manchete. Eles negaram que sua empresa, conforme o contrato assinado, seja responsável por todo o passivo da Manchete, inclusive o trabalhista, como sustentam os funcionários e sindicatos da categoria. Mas admitiram: “Se a Justiça assim decidir, nós pagaremos”.

— Estamos cumprindo rigorosamente o que reza o contrato. Desde o início das negociações, deixamos bem claro que nos interessava comprar apenas a concessão. Não somos os sucessores da TV Manchete. Comprometemo-nos a saldar os salários atrasados dos funcionários em 12 meses e os débitos tributários. Da TV Manchete não ficamos sequer com um velho microfone ou um metro de fio. Todo o patrimônio da Manchete ficou com a empresa — afirmou o vice-presidente Marcelo Fragalli.

O jornalista Carlos Chagas, ex-diretor da TV Manchete em Brasília, contestou as declarações dos diretores da TV Ômega, acusando-os de fazer “afirmações men-



Fragalli, Dallevo Jr., o senador Pedro Simon, Carlos Chagas, Machado e Márcio Leal, durante o debate na Subcomissão de Rádio e TV

tirosas e desonestas”. Segundo Carlos Chagas, a empresa adquirente “não cumpriu seus deveres contratuais”, deixando de saldar os salários em atraso dos trabalhadores, como também as dívidas com a Previdência Social e o FGTS, entre outras.

O jornalista disse ter sido “castrado” quando seu programa de entrevistas políticas foi retirado do ar, logo depois que a nova direção assumiu o controle. “Ficou claro que meu programa perturbava alguns poderosos e me castraram como jornalista”, protestou o ex-diretor da Manchete.

Da mesma forma, o presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro, Márcio Câmara

Leal, e Roberto Souza Machado, funcionário da Rede Manchete por 20 anos, criticaram as posições assumidas pela TV Ômega, após assumir o controle da concessão. “Eles não cumprem as decisões da Justiça e se negam a receber os representantes dos trabalhadores”, acusou Machado.

Conforme Márcio Leal, o contrato firmado pela empresa para indenizar os débitos trabalhistas era “ilegal e enganoso”, pois não previa multas, caso ocorresse atraso nos pagamentos. Ele acredita que a Justiça dará ganho de causa aos funcionários, “pois está evidente que houve transferência de mão-de-obra de uma empresa para outra”.

Requião: ou paga ou transferência pode ser anulada

Em intervenção durante a audiência pública, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que ou a empresa resolve suas pendências com os empregados da extinta TV Manchete ou o Senado deverá anular a transferência da concessão de funcionamento da TV Manchete para o Grupo Ômega, que mantém a Rede TV!.

Na opinião dele, não é possível que a concessão se consolide sem um entendimento entre as partes. Requião pediu para ser designado relator da matéria quando ela tramitar na Comissão de Educação. E opinou que, diferente do que acreditam os diretores do Grupo Ômega, a Justiça deverá decidir pelo reconhecimento da sucessão da TV Manchete pela Rede TV!.

Geraldo Cândido (PT-RJ) encampou os argumentos de Requião e enfatizou que o Grupo

Ômega deve arcar com o passivo adquirido da Manchete. Sugeriu ainda que a empresa procure os empregados para acertar as contas pendentes.

Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) confessou estranhar que a concessão fosse transferida sem que a Rede TV! assumisse o passivo da Manchete. Ele propôs que as duas partes procurassem encontrar um denominador comum salvaguardando os interesses da empresa e o patrimônio intelectual representado pelos servidores da Manchete. O senador perguntou se não seria o caso de ter havido uma licitação para definir quem ficaria com a concessão.

GARANTIA

Heloísa Helena (PT-AL) disse ter ficado impressionada com as considerações feitas pelo presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de

Janeiro, Márcio Câmara Leal, acerca de supostas irregularidades cometidas pelo Grupo Ômega. Segundo o sindicalista, a empresa chegou a usar bens da TV Manchete como garantia de pagamento de uma ação trabalhista.

O presidente da Subcomissão de Rádio e TV, senador Pedro Simon (PMDB-RS), comentou que o interesse em promover a audiência pública foi no sentido de que o debate possibilitasse um entendimento entre funcionários e o Grupo Ômega.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), por sua vez, lamentou a falta de um representante da Rede Manchete na discussão e sugeriu que o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, também fosse convidado a prestar esclarecimentos sobre o assunto na subcomissão.

Mudança na lei de controle de alimentos é proposta por Althoff

A revisão da legislação relativa ao controle sanitário de alimentos foi defendida ontem pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) para que seja adequada aos níveis de tolerância internacionalmente aceitos. O senador baseou sua proposta em recente decisão da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro de suspender a



Althoff: maior incidência de doenças resulta do manuseio

venda de dois lotes de produtos de carne de frango de uma empresa catarinense de alimentos, em virtude da constatação da presença da bactéria salmonela.

Para o senador, a ausência de salmonela nos alimentos seria ideal, mas está longe de ser compatível com a realidade, sendo tolerada em vários países, inclusive os mais industrializados, por “ser uma bactéria impossível de ser totalmente eliminada”. Mas, argumenta Althoff, no Brasil a Secretaria de Vigilância

Sanitária do Ministério da Saúde, na “contra-mão da efetiva regulamentação pública”, prevê tolerância zero à presença da salmonela nos alimentos.

— Mais que normas técnicas, utópicas e incompatíveis com a realidade na tolerância microbiológica em alimentos, devemos incentivar campanhas de educação do consumidor. Sabe-se que a maior incidência de doenças provocadas por bactérias encontradas em alimentos dá-se pelo manuseio errado dos produtos, nos pontos de venda e em casa, pelo consumidor final — alertou.

Segundo o senador, a principal lição a ser tirada pelo Brasil é de que deve existir uma fina sintonia entre os diversos órgãos do governo em episódios cuja repercussão possa ser maior do que prevêm os agentes públicos.

Freire responsabiliza o governo pela aprovação da renegociação paulistana

O senador Roberto Freire (PPS-PE) criticou a imprensa por ter atribuído aos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Geraldo Melo (PSDB-RN) a responsabilidade pela aprovação da rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, na sessão do Senado de terça. “Foi o presidente Fernando Henrique Cardoso que, ao articular sua base de sustentação na Casa, ensejou a aprovação dessa matéria tão controversa”, disse.

Segundo Freire, Geraldo Melo, no exercício da presidência do Senado, agiu com autoridade e compe-



Freire: Suassuna e Melo não foram responsáveis pela aprovação

tência na condução dos trabalhos, sendo responsável, apenas, por seu voto. E esclareceu que o mesmo se pode dizer de Suassuna, que interveio na discussão como presidente da CAE, onde o assunto foi aprovado antes de ir a Plenário.

Freire acrescentou que a rolagem da dívida da cidade de São

Paulo foi aprovada porque obteve 40 votos contra 21. “Portanto, não foram Suassuna e Geraldo Melo os responsáveis pela aprovação, mas a maioria dos senadores que votou o projeto”, concluiu.

Consultoria Legislativa explica parecer

A Consultoria Legislativa da Casa encaminhou nota explicativa ao *Jornal do Senado*, na qual esclarece que o documento lido na sessão de terça-feira pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentando argumentos favoráveis à federalização da dívida paulistana, contém apenas dados técnicos necessários à defesa do ponto de vista do senador.

De acordo com a nota, assinada pelo consultor-geral legislativo, Dirceu Teixeira de Matos, o conteúdo do documento enviado ao

senador foi elaborado pelo consultor Arlindo Fernandes de Oliveira e não expressa necessariamente nem a opinião do próprio consultor nem a da Consultoria. Serve para fundamentar os contra-argumentos solicitados por Suassuna para responder a questão de ordem levantada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Este jornal publicou, indevidamente, que Dirceu de Matos era o autor do documento e tomou seu conteúdo como o ponto de vista defendido pela Consultoria.

Hartung pede normas para ingresso de capital externo

Para o senador, regulamentação para investimentos voltados às sociedades de crédito ao microempresário deve ser aprovada pelo Congresso

O Congresso precisa aprovar uma regulamentação específica para o ingresso de capital externo destinado às sociedades de crédito ao microempreendedor, afirmou ontem o senador Paulo Hartung (PPS-ES). Ele participou ontem da abertura de um seminário internacional sobre microfinanças na América Latina.

Outro ponto que, na opinião Hartung, deve ser analisado pelo Congresso é o fato de a reforma tributária não estar sendo apreciada sob a perspectiva das sociedades de crédito ao microempreendedor. Ele afirmou que sequer seu enquadramento no Simples foi implementado, muito menos uma legislação específica que estimule novos investimentos e o desenvolvimento das microfinanças no país:

— Nós já temos implantada no Brasil uma pequena rede de distribuição de microcrédito, discutindo métodos gerenciais adequados. Mudanças foram feitas pelo Banco Central e pelo Executivo. Foi montada uma estrutura de agentes de crédito bem treinada



Hartung: Congresso precisa analisar a reforma tributária também do ponto de vista dos pequenos empreendedores

que mostra as peculiaridades deste mercado. Mas há muitas tarefas pela frente para aumentar a oferta de microcrédito no país — observou.

Na opinião do senador, com o deslocamento de crescentes contingentes de mão-de-obra para o setor informal, ganhou importância estratégica o desenvolvimento institucional do crédito produtivo popular. Por outro lado, ele ressaltou que o fato de o microcrédito ter impacto principalmente sobre a população de baixa renda não deve significar que ele é

uma ferramenta eficaz de combate à pobreza. Para Paulo Hartung, alcançar este objetivo exige políticas públicas e instrumentos específicos.

Em seu pronunciamento, Hartung registrou ainda o lançamento do jornal capixaba *Notícia Agora*, cujo primeiro número circulou na terça-feira, data em que foi comemorado o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Ele parabenizou toda a equipe do periódico e desejou sucesso na tarefa de ajudar a democratizar o debate no estado.

Maguito denuncia abandono de portadores de HIV

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou ontem que portadores do vírus da Aids do seu estado encontram-se em total estado de abandono, o que resultou em cinco óbitos, apenas na semana passada. Ele acusou o atual governo goiano pelo “desmantelamento” do Condomínio Solidariedade, projeto idealizado pelo senador quando governador do estado responsável pelo atendimento aos portadores da doença. Maguito disse ter mantido contato com o ministro da Saúde, José Serra, que garantiu tomar todas as providências na tentativa de resolver o problema.

Com base em notícias publicadas pelo jornal *O Popular*, Maguito disse que a situação é precária, com as receitas de medicamentos para os aidéticos demorando até 130 dias para serem enviadas. Além disso, 14 portadores do vírus sem teto, alguns deles de cadeiras de rodas, “foram jogados na rua” com a desativação do albergue da instituição, conforme o relato do senador:

— Com a mudança do governo, em menos de um ano toda a estrutura



Maguito criou, como governador, o projeto Condomínio Solidariedade, condecorado pelo Ministério da Saúde

foi desmantelada, como aliás todos os projetos sociais por nós implantados. Agora, com o desmantelamento do Condomínio Solidariedade, centenas de cidadãos acometidos por essa grave enfermidade foram alijados. Logo eles, portadores da Aids, que precisam, além de atendimento médico eficiente, de um tratamento humano, fraterno, carinhoso, diferenciado.

O senador explicou que o Condomínio Solidariedade é um projeto dedicado à assistência aos portadores do vírus, baseado nos mais modernos conceitos de atendimento aos pacientes, inclusive com tratamento em casa, para estimular a

convivência social. O programa recebeu, segundo o parlamentar, uma condecoração do Ministério da Saúde “como uma das experiências mais bem sucedidas no país no atendimento a aidéticos”:

— Como o governo estadual mantém-se insensível e resiste em restaurar o projeto, conversei com o ministro José Serra. Como homem sensível, que conheceu e aprovou o projeto, me garantiu que tomará todas as providências para tentar resolver a questão. Acho que, se necessário, o ministério deveria fazer até uma intervenção no Condomínio Solidariedade, assumindo suas ações — ressaltou Maguito.

Dutra divulga carta de pequenos produtores de SE

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou ontem em Plenário o recebimento de carta enviada pela Federação das Associações Comunitárias de Porto da Folha (Feacom), que representa 23 associações e 1.500 pequenos produtores rurais, com apoio de diversas entidades de Porto da Folha (SE). Na carta, os produtores pedem a renegociação de suas dívidas, com liberação imediata do custeio, dado o avanço do calendário agrícola e das condições climáticas favoráveis.

Além disso, os produtores reivindicam a eliminação dos juros e taxas de juros de longo prazo e o pagamento em parcelas — de dez a 20 anos a partir do ano 2002 — proporcionais à receita média. A Feacom quer ainda o retorno do seguro agrícola.

Os produtores rurais argumentam que as atividades dos agricultores familiares são consideradas estratégicas para a geração de emprego e renda em Porto da



Dutra leu as principais reivindicações, como renegociação de suas dívidas

Folha, já que a produção leiteira representa 70% da renda do município, e está em processo de modernização. De acordo com os produtores, os recursos obtidos em empréstimo têm sido distribuídos de forma igualitária. A dificuldade para o pagamento é proveniente da alta acentuada dos juros. A seca de 1997, causada pelo fenômeno *El Niño*, também atrapalhou os agricultores.

Patrocínio critica excesso de cesarianas realizadas no país

Depois de elogiar os programas e campanhas de incentivo ao parto normal no Brasil, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) observou que o Brasil — campeão mundial de cesarianas há cerca de 30 anos — tem uma taxa de partos não naturais (36,4%) muito superior aos 15% admitidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

— O uso adequado da cesariana é extremamente importante para salvar vidas humanas em situação de risco, mas só é necessária em três casos: quando a paciente e/ou o bebê correm risco de vida, quando não há sinal de trabalho de parto ou quando ocorrem complicações de última hora — explicou.

Segundo Patrocínio, a cesariana é considerada uma solução prática para a gestante, cômoda para o médico e conveniente para os hospitais e planos de saúde privados. No Brasil, afirma, as taxas de partos cesáreos são maiores entre as camadas mais bem informadas da sociedade e nas regiões mais ricas. O senador diz que o risco de complicações em uma cesariana é 20 vezes maior que no parto normal:

— O número exagerado de cesarianas representa o desperdício de milhões de reais por ano — afirma Patrocínio.



Patrocínio lembrou que os riscos de complicação em uma cesariana são 20 vezes maiores

O Ministério da Saúde, diz, vem lançando inúmeras portarias para incentivar o parto normal e conter as cesarianas. O senador citou como exemplo o limite máximo mensal de cesarianas (40%) pagas pelo governo, definido em 1998, e que deve cair para 30% este ano. Citou também a oficialização do Programa Nacional de Incentivo à Criação de Casas de Parto e Maternidades-Modelo:

— A adoção de políticas, práticas e estratégias que visem conter o fenômeno atual de verdadeira epidemia de cesáreas, no Brasil será benéfica e significará grande economia para os cofres públicos — finalizou.

Manifestações feitas durante a festa dos 500 anos provocam debate em Plenário

Os atos de protesto realizados em vários estados durante os festejos dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil foram criticados ontem em Plenário pelos senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho.

Eles questionaram a visão de que os índios que habitavam o país foram exterminados. Os senadores Sebastião Rocha, Marina Silva e Ernandes Amorim também participaram da discussão sobre o assunto.



Moreira também sugere a cassação do mandato de quem tiver as contas de campanha rejeitadas



Para o senador Jefferson Péres, os festejos foram prejudicados por "manifestações de ressentimento e ódio"



Mestrinho diz que o Brasil foi o terceiro país americano mais bem-sucedido, atrás apenas do Canadá e dos Estados Unidos

Jefferson lamenta ausência de clima de integração nacional

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou que os festejos dos 500 anos do Descobrimento tivessem sido maculados por "manifestações de ressentimento e ódio" de minorias que quiseram classificar de "ato criminoso" a chegada dos portugueses e a colonização que se seguiu no país. Para ele, o Brasil perdeu uma oportunidade de promover uma festa de congraçamento das três raças em clima de integração nacional.

Jefferson contestou as afirmações de que a colonização portuguesa teria exterminado milhões de índios:

– Dizem que havia 6 milhões em 1.500, restando apenas 350 mil nos dias de hoje, como se tivesse havido exterminação sistemática de índios. Eu discordo. Não havia recenseamento naquele tempo, eles poderiam ser apenas 1 ou 2 milhões. E basta observar as características físicas das populações da região Norte para saber o que lhes aconteceu. Em grande parte, eles se miscigenaram e hoje são caboclos.

O senador pelo Amazonas reconheceu ter havido muitos crimes e mazelas na coloniza-

ção portuguesa e espanhola das Américas, mas afirmou ser esse um processo histórico de dominação dos mais fortes que aconteceu no mundo inteiro, até mesmo entre os indígenas. Os incas, aztecas e maias escravizaram dezenas de povos menos adiantadas. "No Brasil, os índios se entredevoravam em guerras antes de Cabral", afirmou.

AVANÇOS

Para Jefferson, nesses 500 anos houve avanços no respeito às comunidades indígenas, começando por 900 mil quilômetros quadrados de terras demarcadas, o que corresponde a duas Itálias. "Há áreas-modelo no Amazonas, onde as comunidades indígenas vivem em paz, com aumento demográfico, e até recebendo royalties pela exploração de minérios em suas terras", acrescentou.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reconheceu que houve avanços no tratamento dos indígenas no Brasil. Disse, no entanto, que ainda há muito o que fazer para assegurar a preservação de suas culturas.

Para Mestrinho, miscigenação gerou 45 milhões de caboclos

As manifestações de protesto realizadas durante as festividades dos 500 anos também foram criticadas pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Ele questionou as afirmações de que teria havido um extermínio de índios no país. Na sua opinião, os índios não foram extintos, mas miscigenaram-se com os portugueses e hoje têm seu sangue miscigenado em aproximadamente 45 milhões de caboclos.

– É comum se dizer uma coisa e através da repetição ela passar a ser verdade. Uns dizem que na época do descobrimento havia 5 milhões de índios. Quem contou os índios para dizer que naquela época havia tantos índios no Brasil? – indagou.

Mesmo reconhecendo que o Brasil é um país de grande desigualdade social, onde parte da população enfrenta dificuldades, Gilberto Mestrinho ressaltou que esse fato é comum em uma nação de grandes proporções territoriais. Ele citou o exemplo da China, que, apesar de ter 5 mil anos de existência, possui um grupo dominante, correspondente a apenas 2% da população, que controla praticamente toda a economia, enquanto o povo "tem problemas maiores que os nossos".

Comparando com os demais países descobertos na mesma

época, Gilberto Mestrinho concluiu que, com exceção dos Estados Unidos e do Canadá, o Brasil foi o mais bem-sucedido e é a mais pujante nação da América do Sul, além de ostentar a posição de nona economia do mundo.

Também isentou o presidente Fernando Henrique, "que ocupa o poder há apenas cinco anos", pelos problemas estruturais do país. Mestrinho disse ser favorável à demarcação de terras indígenas, mas de acordo com a real necessidade e com o desejo dos índios. Ele criticou a interferência de organizações não-governamentais no assunto.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) concordou que a miscigenação entre índios e portugueses gerou mais de 40 milhões de caboclos, mas insistiu que as populações indígenas foram massacradas, passando de mais de 5 milhões na época do descobrimento para cerca de 350 mil atualmente. "Em 300 anos, desapareceram 3 milhões de índios, e isso não pode ser chamado de incorporação, mas de massacre", comentou. Ernandes Amorim (PPB-RO) observou que existem demarcações de terras feitas de forma aleatória e irresponsável. "Essa fabricação de reservas tem que ser coibida", defendeu.

Moreira propõe cassação de registro contra crime eleitoral

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) anunciou ontem a apresentação de dois projetos de lei acrescentando à atual legislação eleitoral punições para candidatos que tiverem suas contas de campanha rejeitadas pelos tribunais eleitorais. O primeiro pune esses candidatos com cassação de registro e perda de mandato eleitoral, enquanto o segundo impede que ele volte a se candidatar.

Ao justificar seus projetos, Moreira afirmou que a legislação em vigor não prevê punições para crimes eleitorais, levando os faltosos a usar as brechas legais com a certeza da impunidade. Ele admitiu que alguns candidatos já foram processados pelos chamados "crimes eleitorais", mas até hoje nenhum foi efetivamente condenado e rigorosamente punido.

Segundo o senador Moreira Mendes, se as sanções que apresentou já estivessem em vigor, Rondônia não estaria vendo o ex-governador Valdir Raupp de Matos se preparando para se candidatar novamente. "Depois de exercer uma desastrosa administração, caracterizada pela rapinagem, ele tentou a reeleição em 1998, mas foi derrotado. Em março do corrente ano, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia rejeitou, por unanimidade, suas contas de campanha. E o que aconteceu com ele? Nada", enfatizou.

Seus projetos, afirmou, pretendem acabar com essa impunidade. Em aparte, Ernandes Amorim (PPB-RO) confirmou que a campanha do então governador Valdir Raupp à reeleição foi "uma orgia com dinheiro que não era dele". Segundo Amorim, as irregularidades estão sendo examinadas pelo Ministério Público do estado. Se nada acontecer, concluiu, "não se poderá manter a fé na Justiça de Rondônia".

Suassuna prega diálogo para fortalecer Mercosul

O bloco comercial só irá se viabilizar com o sucesso da economia da Argentina, alerta o senador. Para ele, não interessa ao Brasil que o país vizinho volte a ser apenas exportador de bens primários

Ao afirmar que “o Mercosul não vai bem”, Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a busca de soluções para que Brasil e Argentina tenham sucesso na parceria econômica. Após visita àquele país no último fim de semana, ele disse ter tomado conhecimento da série de dificuldades enfrentadas pela Argentina, além de ter trazido farta legislação que lhe foi fornecida pelos parlamentares argentinos.

— Não nos interessa uma Argentina fraca e não é bom para o Mercosul nem para o Brasil que ela retroceda ao papel de país exportador de bens primários.

Preocupado com as consequências da desnacionalização da economia argentina, o senador anunciou que proporá à CAE um debate sobre a excessiva desnacionalização dos setores petroquímico, siderúrgico e de transporte aéreo, entre outros, naquele país e no Brasil. “É preciso começar a pensar antes que aconteça, para não termos surpresas desagradáveis como as da Argentina”, justificou.

Entre as dificuldades enfrentadas pelos argentinos, Suassuna destacou o temor que está se generalizando em relação à diferença da política cambial praticada pelos dois parceiros, com prejuízo para a Argentina, que tem visto várias empresas locais se deslocarem para o Brasil.

Duas outras dificuldades devem servir de alerta para o Brasil, na opinião do senador. Uma diz respeito ao desequilíbrio do balanço de pagamentos acarretado pela política de privatizações. Na Argentina a maioria das estatais foi comprada por estrangeiros e o país agora se vê na contingência de ter de enviar lucros ao exteri-



O senador Ney Suassuna teme pelas consequências da desnacionalização argentina

or em dólares, quando as próprias empresas não os geram. A outra dificuldade, conforme o senador, estaria num “sentimento de retorno ao período colonial”, quando os argentinos tinham acesso ao mundo a partir da matriz, Madri. A privatização da Aerolíneas Argentinas, por exemplo, resultou na extinção de inúmeras linhas internacionais diretas, de modo que agora, segundo o senador, é preciso ir primeiro à capital espanhola para, depois, por meio da Iberia, chegar a qualquer outro ponto do mundo.

NORDESTE

Suassuna também comentou “a sorte madrasta dos estados nordestinos”. Assolados por três anos de seca, os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte vêm agora suas estradas e barragens arrasadas pelas chuvas pesadas que lá desabam, o que exige recursos para reparação, afirmou.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) disse que a situação do sistema de aviação comercial brasileiro carece de solução. É necessário buscar alternativas conjuntamente pelo Executivo e Legislativo, concluiu.

Proposta de Osmar Dias garante a municípios recursos para habitação

O governo federal deverá destinar recursos orçamentários anuais para o financiamento de programas habitacionais em municípios que não sejam integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos. Essa é a proposta do senador Osmar Dias (PSDB-PR) enviada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Caso seja aprovado em caráter terminativo, o projeto segue diretamente à Câmara dos Deputados, a não ser que 10% dos senadores peçam sua apreciação no Plenário do Senado.

De acordo com a proposta, 60% dos recursos destinados ao programa virão do Orçamento Geral da União. Esses recursos devem ser

concedidos a fundo perdido e, para recebê-los, os municípios devem estar vinculados aos programas de desenvolvimento previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

Ainda segundo o projeto, os convênios assinados entre o governo federal e os municípios deverão estimular a formação de consórcios municipais para a coordenação de uma política urbana conjunta. Caberá à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano implementar a lei, caso seja aprovada.

Em sua justificativa, o senador alega que os programas habitacionais em vigência priorizam os grandes aglomerados urbanos em detrimento da grande maioria dos municípios brasileiros. Para Osmar Dias, essa situação reforça a migração interna.

— Ninguém vive na União, pois todos vivem verdadeiramente nos municípios.

Somente fortalecendo tais entes da Federação poderemos construir uma República sólida econômica e socialmente — disse.



Para Osmar Dias, os recursos concedidos devem ser a fundo perdido

Gilvam elogia regras adotadas pelo Conselho Monetário Nacional para SFH

As novas regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, foram consideradas pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) passo importante na reativação do setor imobiliário. De acordo com o senador, até então era proibido o financiamento de imóveis com valor superior a R\$ 180 mil.

Com as novas regras, o limite passou para R\$ 300 mil. Aumentou-se também o valor máximo fi-

nciado de R\$ 90 mil para R\$ 150 mil.



Gilvam: habitação poderá ter R\$ 5 bilhões adicionais com as novas regras

Outra mudança foi o aumento do percentual dos depósitos de poupança a serem aplicados em empréstimos pelo SFH, que passou de 60% para 65%. Segundo Gilvam, a medida trará uma oferta de crédito adicional de cerca de

R\$ 5 bilhões, “o que seria uma evolução extremamente significativa para o mercado imobiliário”. O parlamentar informou que foi

também iniciada a reestruturação das regras do crédito imobiliário, estimulando a redução dos juros.

Para o senador, as medidas vão permitir ainda a redução da inadimplência, a qual é um desestímulo para os agentes financeiros.

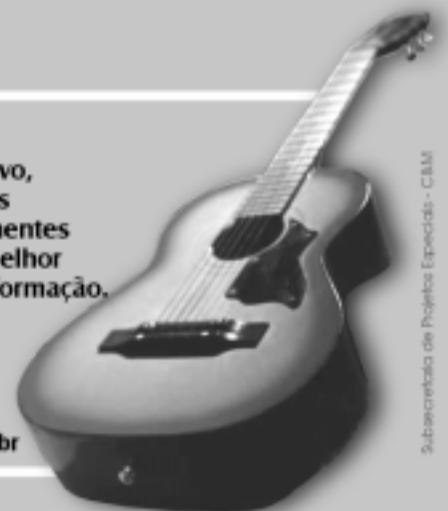
— Trata-se de iniciativa com impacto positivo no desenvolvimento econômico e social, não só pela possibilidade de consecução de habitações para um maior número de pessoas, mas também por seus reflexos na geração de empregos e na dinamização da cadeia produtiva que caracteriza o setor da construção civil — concluiu.

O debate e as votações
ao vivo
e o melhor da Música Popular Brasileira



A Rádio Senado transmite, ao vivo, as transmissões do Plenário e as reuniões das comissões permanentes e especiais. Nos intervalos, o melhor da música popular, cultura e informação.

Receba o sinal da Rádio Senado pela Internet: www.senado.gov.br



Subscrevendo de Projetos Especiais - CMM



91,7 fm

Projeto de Althoff muda as normas para concursos

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou projeto de lei que cria normas para a elaboração e execução dos concursos para cargos públicos na administração direta ou indireta, inclusive para a magistratura e Ministério Público. O projeto vai permitir o acesso via Internet às informações sobre concursos e foi enviado em caráter terminativo à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo projeto, o edital de abertura do concurso terá que conter claramente todas as normas e o regulamento, além do programa das provas, bibliografia e número de vagas. A instituição fica também obrigada a nomear em dois anos pelo menos 20% do total de vagas oferecidas.

As informações de interesse geral sobre os concursos serão comunicadas gratuitamente, no mínimo, a dois jornais especializados ou que mantenham seções sobre o assunto, além de publicadas no *Diário Oficial* do estado ou da União. O governo federal criará um *site* na Internet com todos os dados referentes ao concurso.

O resultado deverá trazer a relação dos candidatos aprovados e classificados, além das notas de cada prova. As notas dos candidatos reprovados também terão que estar disponíveis na Internet. As provas serão realizadas sempre aos domingos, e não serão permitidas provas orais, salvo para cargos de professor, tradutor e outros previstos por lei, conforme o projeto.

Heloísa denuncia campanha para desmoralizar o MST

Segundo a líder do Bloco Oposição, “baderneiros” não estão no movimento e é o governo que causa danos ao patrimônio público

“Baderneiros, foras-da-lei e saqueadores não estão no MST”, disse ontem a senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição no Senado. Ela acusou o governo, os latifundiários e os meios de comunicação de mover uma campanha para denegrir o Movimento dos Sem-Terra (MST) e desmoralizá-lo junto à opinião pública.

De acordo com a senadora, o MST é um movimento social legítimo, que tem pressionado continuamente o governo a promover a reforma agrária:

– Dizer que o MST é a grande expressão de destruição do patrimônio público é no mínimo um exagero contábil. Algumas cadeiras, mesas ou vidros quebrados são prejuízos insignificantes perto da destruição de patrimônio público patrocinada por muitos que acusam o Movimento dos Sem-Terra – afirmou Heloísa Helena.

A líder opositorista listou alguns dos danos ao patrimônio que teriam sido causados pelo governo:

– Podemos fazer uma pequena retrospectiva da baderna promovida pelo governo no processo de privatização. A Vale do Rio Doce foi vendida com US\$ 700 milhões em caixa, com a desculpa de que era para pagar os juros e serviços



Heloísa disse que o MST é movimento social legítimo que tem pressionado o governo a promover a reforma agrária

da dívida pública, nunca pagos. A Telesp foi privatizada com um R\$ 1 bilhão em caixa. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada com “moeda podre”, graças aos recursos emprestados pelo BNDES. A Açominas foi vendida depois de investimentos de R\$ 4 bilhões. Quanto à privatização da Telebrás, um dia ainda faremos uma CPI para avaliar os gigantescos danos ao patrimônio público.

A senadora Heloísa Helena mencionou ainda a aprovação pelo Senado da rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, que de acordo com a parlamentar, foi causada “pela ação de saqueadores dos

cofres públicos”.

Veemente, ela defendeu a ocupação de terras que não cumprem sua função social, como estabelece a Constituição, e por outro lado condenou a invasão de terras públicas através de falsificação de documentos em cartórios, “muitas vezes com a conivência oficial”. Heloísa disse que, para acabar com o MST, bastaria que o governo atendesse às reivindicações sociais:

– Façam a reforma agrária para fazer deste país uma gigantesca nação, com desenvolvimento econômico, com produção de alimentos, combate à fome, geração de emprego e renda – concluiu a senadora.

Amorim: governo não reconhece crise social e pode levar país ao caos

Ao comentar os desdobramentos da greve dos caminhoneiros e as recentes manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso não está dando o tratamento adequado a estas questões. Para o senador, ao negar a existência de uma crise séria, o presidente vai levar o país ao caos.

Na avaliação de Amorim, enquanto o país se submete às regras do mercado financeiro internacional para ter uma moeda estável, aumentam os conflitos sociais. A aprovação do refinanciamento das dívidas de vários estados e municípios, na sua opinião, representa a conclusão “do pro-



Amorim: enquanto o país se submete às regras do mercado para ter uma moeda estável, aumentam os conflitos sociais

cesso de transferência, aos estados e municípios, da parte que lhes foi destinada no tributo cobrado pelo mercado financeiro que domina a globalização”. E contrariamente ao ministro da Justiça, José Gregori, que atribuiu os conflitos “ao desvio de conduta dos trabalhadores”, Amorim

disse que a realidade do Brasil de hoje é a do “trabalhador sem trabalho”.

Quanto aos caminhoneiros, ele considerou que a greve resulta das taxas cobradas pelos pedágios, explorados por cinco ou seis empresas “que ganham dinheiro fácil sem praticamente investir recursos”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Unip*: A beleza da pele – 3ª parte
6h25 – *Senado em Pauta*
6h30 – *Cidadania*: Senador Maguito Vilela e o esportista Aurélio Miguel falam sobre o esporte no Brasil e a Lei Pelé
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre a redução da jornada de trabalho
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 Anos: O Brasil-Colônia na TV – Segredos da Inconfidência
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
10h – Sessão Plenária (vivo)
14h – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre a redução da jornada de trabalho
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após: Comissão Mista do Salário Mínimo (gravado)
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Comissão Mista dos Bingos (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Econômicos
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Arruda citou também homenagem prestada a Júlio Mesquita Neto

Arruda homenageia taquígrafos e lembra Dia da Liberdade de Imprensa

O líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), prestou uma homenagem em Plenário, ontem, aos taquígrafos, que celebram o seu dia. Arruda os considera fundamentais para o Senado.

– Quem acompanha os trabalhos do Senado Federal e a rapidez com que os pronunciamentos e as decisões que aqui são tomadas chegam à imprensa escrita e à que hoje trabalha em tempo real, muitas vezes não conhece o trabalho dedicado e competente que é realizado pelos 111 taquígrafos que se revezam numa tarefa cuidadosa. Não só no Plenário, mas na cobertura dos trabalhos técnicos e das comissões e de to-

das atividades da Casa – afirmou o senador.

José Roberto Arruda registrou também a celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e congratulou os profissionais e os veículos de imprensa do país. Ele salientou que a maioria dos jornais dedicou grande espaço para lembrar a data, e citou o *Correio Braziliense*, que uniu em sua manchete as palavras “liberdade” e “verdade”. Arruda também fez referência à homenagem dirigida a Júlio Mesquita Neto, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, falecido em 1996, incluído na lista dos 50 heróis da liberdade de imprensa da segunda metade do século.

Lobão vê no escotismo saída para delinqüência juvenil

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou a passagem do Dia Mundial dos Escoteiros, homenageando os jovens que participam do movimento de origem inglesa, fundado em 1907, pelo educador Robert Baden Powell.



Lobão: escotismo estimula dignidade, honra e colaboração

Lobão ressaltou a importância da instituição, que abriga os jovens em ambiente de companheirismo, realizando tarefas que lhes serão úteis na fase adulta, e adquirindo “conceitos de honra, dignidade e de colaboração com o próximo”. A importância dos educadores no escotismo, que trabalham “ajudando jovens a se tornarem cidadãos respeitáveis e úteis à sua comunidade”, também foi lembrada pelo

parlamentar.

A dificuldade que os poderes públicos vêm encontrando em combater a violência e o aumento no uso de drogas foi apontada por Edison Lobão como uma razão para que o escotismo seja incentivado.

Ele fez um apelo aos responsáveis pelo movimento no país, e aos governantes de todos os níveis, no sentido de buscarem condições para estimular o seu crescimento no Brasil e ampliar o número de participantes:

– Assim, estarão contribuindo decisivamente para reduzir o mau encaminhamento de tantos jovens que precisam de ajuda que não lhes tem sido dada – frisou.

Tião Viana aponta ameaça contra governador do Acre

Senador denuncia clima de tensão no estado, apesar de “conquistas da sociedade” como a prisão de envolvidos com o narcotráfico

O senador Tião Viana (PT-AC) denunciou ontem ameaças veladas de morte que vêm sendo feitas ao governador do Acre, Jorge Viana. O senador leu, em Plenário, salmo dedicado ao governador, em programa de TV, pelo deputado federal José Aleksandro (PSL-AC), ligado à Assembléia de Deus e, segundo afirmou, suspeito de envolvimento com o narcotráfico. O salmo lido pelo senador diz: “Que seus dias sejam breves e outro ocupe seu emprego. Que seus filhos fiquem órfãos e sua mulher se torne viúva”.

– Isto demonstra um ódio despropositado, uma ameaça velada de morte ao governador, um ato de violência explícito em um canal de televisão por um deputado, membro do Congresso Nacional – disse o senador sobre o fato, que mereceu uma nota na coluna “Painel”, do jornal *Folha de S. Paulo*.

Tião Viana afirmou que desde



Tião Viana afirma que leitura de salmo por deputado em programa de televisão demonstra “ódio despropositado”

que o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo do Acre, há 16 meses, tem lutado constantemente contra o narcotráfico, o crime organizado e a corrupção. Ele observou, no entanto, que,

embora a sociedade tenha conquistas como a prisão de envolvidos com o narcotráfico, ainda existe um clima de tensão no estado.

O senador leu também nota oficial do governador sobre o episódio. Na nota, Jorge Viana afirma: “Se os descontentes com as medidas que estamos adotando pensam em nos intimidar, estão enganados”. O governador reafirma o propósito de continuar combatendo a corrupção e o crime organizado no estado.

Tião Viana lembrou que o deputado Aleksandro está sendo investigado

pela CPI do Narcotráfico e lamentou que o processo ainda não esteja concluído. O senador disse que, se o deputado tivesse o sigilo bancário quebrado, seria cassado e preso.

Marina critica deputado que usou salmo para intimidar Jorge Viana

A senadora Marina Silva (PT-AC) respondeu ontem às ameaças do deputado federal José Aleksandro (PSL-AC) ao governador do Acre, Jorge Viana (PT). O deputado, acusado de envolvimento com o crime organizado, endereçou ao governador o Salmo 109, que diz: “Que seus dias sejam breves, outro ocupe seu emprego. Seus filhos fiquem órfãos, e sua mulher se torne viúva. Seu nome se extinga numa só geração”.

– Ele fez uma ameaça cifrada, com palavras malignas. O Salmo 109 foi escrito pelo rei Davi, na época em guerra com seus inimigos. O deputado Aleksandro se diz evangélico, mas se fosse um conhecedor da Bíblia compreenderia o contexto em que o salmo foi escrito: no Antigo Testamento, tempo da Lei de Talião. Qualquer pessoa que professe o cristianismo sabe que agora é o tempo da Graça, e jamais uti-

lizaria aquele salmo para pedir a Deus a morte de seus inimigos. Hoje é o princípio do amor – explicou Marina.

A senadora afirmou ainda que, ao contrário do deputado, o governador Jorge Viana não deseja sua morte:

– Antes que Aleksandro queira passar à frente de Jeová, fazendo sua própria justiça, queremos que ele seja cassado e preso.

Marina Silva comentou também o confronto entre a polícia e os sem-terra, ocorrido terça-feira no Paraná, em que um sem-terra foi morto. De acordo com a senadora, o episódio está relacionado ao que se viu em Coroa Vermelha, em Porto Seguro, na Bahia:

– Está sendo instituído no país uma espécie de “passaporte ideo-



Marina disse que o deputado José Aleksandro, apesar de evangélico, fez uma “ameaça cifrada, com palavras malignas”

lógico”. Se as pessoas estiverem se deslocando com a intenção de realizar alguma manifestação, serão sitiadas, impedidas no seu direito de ir e vir, e a polícia dará tiros e jogará bombas – protestou.